

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

DAVI GOUVEIA DE OLIVEIRA

A relação entre o desenvolvimento econômico
e os fluxos migratórios na mesorregião oeste catarinense e na cidade de
Joinville na década de noventa.

Florianópolis, 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 5420
PROJETO DE MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 20091**

**A RELAÇÃO ENTRE O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS
NA MESORREIGIÃO OESTE CATARINENSE E NA CIDADE DE
JOINVILLE NA DÉCADA DE NOVENTA.**

Aluno: Davi Gouveia de Oliveira

Assinatura:

Matrícula: 00206121

Orientador: Prof.: Marcos Valente

De acordo:

Entrada na Secretaria do Departamento de Economia

Em 15/06/2009

Florianópolis, 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora atribuiu a nota _____ ao aluno Davi Gouveia de Oliveira na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Banca Examinadora:

Prof. Marcos Valente
Orientador

Prof. Helton Ricardo Ouriques

Prof. João Rogério Sanson

DEDICATÓRIA

A minha Esposa Franssielly, que não me deixou desistir desse objetivo e me ajudou em todos os momentos difíceis desta caminhada.

A minha mãe Teresa, meu pai Wilson e meu irmão Gabriel, que sempre me apoiaram e me deram toda a estrutura familiar para que eu tivesse a oportunidade de me formar numa Universidade Federal.

E também ao meu avô Sr. Olavo, que desde que eu era criança é o maior incentivador dos meus estudos.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, que me deu saúde, sabedoria e muitas oportunidades para chegar até aqui.

A minha esposa, meus pais e todos os meus familiares e amigos, que me apoiaram durante todo o curso.

Ao professor Marcos Valente, pela orientação neste trabalho de conclusão de curso.

E também a todos os professores do Curso de Ciências Econômicas, que contribuíram para minha formação acadêmica.

RESUMO

OLIVEIRA, D. G. A relação entre o desenvolvimento econômico e os fluxos migratórios na mesorregião oeste catarinense e na cidade de Joinville na década de noventa. 60f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

As mudanças ocorridas na política e na economia no início da década de 1990 causaram reflexos no setor produtivo, com a abertura comercial, muitas mudanças ocorreram em Santa Catarina. Neste contexto, através desta pesquisa sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e as migrações ocorridas na década de 1990, constatou-se que alguns setores se adaptaram melhor a essas mudanças. A pesquisa elegeu a cidade de Joinville como estudo de caso, onde a base da sua economia com o setor eletrometal-mecânico, acompanhou as mudanças no processo de industrialização brasileiro, sobretudo com as estratégias de reestruturação do setor industrial. Com a adaptação as mudanças ocorridas e melhores índices de emprego, renda e educação do que a média estadual, resultados obtidos com base nos censos do IBGE de 1991 e 2000, a cidade se destacou como um centro receptor de fluxos migratórios na década de 1990, apresentando o que a teoria sobre as migrações chama de fatores de atração. Num quadro contrário ao encontrado em Joinville, analisou-se a mesorregião oeste catarinense, onde as mudanças ocorridas no setor produtivo na década de noventa, causaram uma diminuição do número de produtores que trabalhavam no sistema de integração entre os produtores rurais e as empresas agroindustriais da região, além desse fator, a renda, a educação e o índice de desenvolvimento humano da região oeste na década de noventa foram bem inferiores aos índices da média estadual (censo IBGE 1991 e 2000), tornando a região um centro de deslocamento de fluxos migratórios para outras regiões do estado, apresentando características de fatores de expulsão de tais migrações. Esses resultados mostram um desequilíbrio entre algumas regiões no estado e a necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, como também sugerem outros autores.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Percentual por grupos de anos de estudo no ano 2000, de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste Catarinense.....	48
Gráfico 2- Percentual por grupos de anos de estudo no ano 2000, de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste Catarinense.....	49
Gráfico 3- Percentual por classes de rendimento nominal mensal no ano 2000, em Santa Catarina e na Mesorregião Oeste Catarinense.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento Populacional da Cidade de Joinville e de Santa Catarina.....	31
Tabela 2 – Crescimento da população economicamente ativa e não economicamente ativa da Cidade de Joinville e de Santa Catarina.....	32
Tabela 3 – População residente por lugar de nascimento na Cidade de Joinville e em Santa Catarina.....	33
Tabela 4 – População residente por anos de estudo na Cidade de Joinville e em Santa Catarina.....	34
Tabela 5 – População residente por classes de rendimento mensal na Cidade de Joinville e em Santa Catarina.....	36
Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000.....	37
Tabela 7 – Crescimento Populacional da Mesorregião Oeste Catarinense e de Santa Catarina.....	45
Tabela 8 – População das Microrregiões do Oeste Catarinense no ano de 1991 e no ano 2000.....	45
Tabela 9 – Crescimento da população economicamente ativa e não economicamente ativa da Meso Região Oeste Catarinense e de Santa Catarina....	47
Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Microrregiões de Santa Catarina.....	39
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 A Dinâmica Populacional em Santa Catarina	12
1. 2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Justificativa	15
1.4 Metodologia	16
1.5 Marco teórico	17
2 MIGRAÇÃO INTERNA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, ASPECTOS TEÓRICOS.....	18
2.1 Migrações Internas	18
2.2 Desenvolvimento Econômico X Migrações.....	21
2.3 A Abertura Comercial na Década de 1990 e Suas Consequencias Para o Brasil e Para Santa Catarina.....	24
3 ANÁLISE HISTÓRICA E DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NA DÉCADA DE 1990 DA CIDADE DE JOINVILLE.....	28
3.1 Análise Histórica.....	28
3.2 Indicadores Sociais e Econômicos da Década de 1990.....	30
4. ANÁLISE HISTÓRICA E DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NA DÉCADA DE 1990 DA MESORREGIÃO OESTE DO ESTADO.....	39
4.1 Análise Histórica.....	40
4.2 Indicadores Sociais e Econômicos da Década de 1990.....	44

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6 CRONOGRAMA.....	57
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

1.1 A Dinâmica Populacional em Santa Catarina

O Brasil sofreu grandes transformações na área econômica a partir dos anos 90, com as mudanças de marco regulatório, sintetizadas na abertura comercial, ocorreram grandes mudanças no sistema produtivo para adaptação as tecnologias utilizadas em outros países. Houve uma verdadeira reestruturação tecnológica para o país acompanhar as novas tendências mundiais e buscar maior produtividade a fim de obter um novo padrão de concorrência internacional (LINS, MATTEI 2001).

Com esse novo quadro, tanto no meio rural quanto nos centros urbanos, houve grandes transformações, pois os novos sistemas produtivos buscavam um aumento de produtividade com diminuição nos fatores de produção, para obter uma queda dos preços tendo assim possibilidade de concorrer com os produtos importados. Além disso, a busca pela estabilidade econômica gerou uma queda na renda global, principalmente dos agricultores, com a queda dos preços reais dos produtos agrícolas, aumento na taxa de juros e incentivo às importações. Esse quadro agravou ainda mais a crise no meio rural, com a perda de renda dos agricultores e dificuldades de criar oportunidades e até mesmo de manter as vagas já existentes de trabalho (SILVA, et al. 2003).

Esses acontecimentos seriam alguns dos chamados fatores de expulsão. Segundo Singer (1998), os fluxos migratórios obedecem além das decisões individuais, os fatores econômicos e sociais de expulsão e de atração, em que os de expulsão compreendem os fatores de mudança referentes a transformações de ordem produtiva na área de origem do fluxo, mais ligada às relações capitalistas, gerando desemprego e conseqüente migração por esse fator.

Além do fator de mudança, existe um segundo, o chamado fator de estagnação, referente à escassez de recursos impossibilitando a capacidade produtiva da região. De encontro a esses fatores estão em outra região os fatores de

atração, onde existe oferta de empregos e possibilidades de novas oportunidades, porém para Singer (1998), os fatores de atração só exercem seu efeito após as consequências já criadas pelos fatores de expulsão.

Em Santa Catarina observa-se o crescimento econômico de algumas cidades mais próximas do litoral, o Nordeste do estado consolidou-se como a região de maior pujança industrial com destaque para o município de Joinville tendo em vista o elevado desempenho do complexo metal-mecânico (LINS, MATTEI 2001).

No oeste catarinense as alterações no que diz respeito ao sistema de integração entre proprietários rurais e empresas de beneficiamento de carnes de suínos e aves, causaram uma diminuição na quantidade de produtores, pois ocorreram avanços em termos de escala e benefícios logísticos para as empresas. Assim observa-se o deslocamento de fluxos migratórios desde áreas do oeste e do meio-oeste catarinense para os municípios litorâneos, em particular rumo às áreas de Florianópolis, Joinville e Blumenau (LINS, MATTEI 2001).

Porém essa tendência migratória em nosso estado traz alguns desequilíbrios, tanto para as regiões rurais quanto para as cidades receptoras desses fluxos. Observa-se que nas regiões rurais faltam investimentos tanto em novas perspectivas para desenvolvimento econômico, quanto na área social, pois principalmente na saúde e educação sabemos que os índices nas áreas rurais de Santa Catarina são bem inferiores aos das regiões urbanas (SILVA, et al. 2003). Por outro lado o inchaço demográfico das regiões urbanas vem causando bolsões de miséria, surgimento de favelas, aumento nos índices de criminalidade e violência.

Portanto o principal objetivo do trabalho será analisar os fatores que estimulam esses fluxos migratórios dessas regiões de Santa Catarina, para apontar algumas medidas que diminuam os efeitos negativos causados por esse fenômeno, trazendo benefícios tanto para as cidades de origem, quanto para o destino destes fluxos migratórios.

1. 2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre o desenvolvimento econômico e os fluxos migratórios no estado de Santa Catarina na década de noventa, destacando o caso da cidade de Joinville e da mesorregião oeste do estado.

1.2.2 Objetivos Específicos

-Analisar as migrações e seus fatores determinantes de modo geral;

-Avaliar os aspectos populacionais, sociais e econômicos da cidade de Joinville na década de noventa, pois se destacou como uma das cidades Catarinenses em que houve grande crescimento demográfico neste período.

-Avaliar os dados populacionais, sociais e econômicos, referentes à década de noventa na mesorregião Oeste do estado, pois muitas cidades desta região apresentaram perda da sua população total neste período.

-Apontar algumas medidas para reduzir os fatores que causam os fluxos migratórios em Santa Catarina.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas pudemos observar que tanto no estado de Santa Catarina quanto no Brasil houve uma tendência de migrações das regiões rurais para as consideradas regiões urbanas. Esta migração além de partir de uma decisão tomada pelo livre arbítrio dos indivíduos também é conseqüência de fatores econômicos e sociais que ocorrem nas regiões de origem e destino dos indivíduos, pois como observaremos a seguir as decisões são influenciados por fatores tanto de expulsão quanto de atração.

Esta pesquisa contribui para entendermos algumas razões determinantes no processo de fluxos migratórios no estado e também para um aprofundamento teórico desse problema que tem sido tema de recentes publicações em Santa Catarina.

1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho propõe uma análise dos fluxos migratórios, para tanto é necessário baseá-lo numa revisão bibliográfica do tema, através de livros que abordam teorias sobre a problemática das migrações.

Será descrita também a realidade sócio-econômica do Brasil e de Santa Catarina nos anos noventa e as mudanças estruturais ocorridas nessa década, a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre desenvolvimento econômico brasileiro no período descrito.

Além da construção da base teórica, também será necessária uma pesquisa empírica, para um estudo da realidade daquela época, ou seja, uma pesquisa documental em que as fontes não são apenas livros, mas documentos que ajudem na busca das informações quantitativas (usando basicamente dados estatísticos) levantadas junto aos censos do IBGE¹ nos anos de 1991 e 2000, no que se refere à população, renda, situação de domicílio, etc. A partir desse levantamento, as informações serão selecionadas e adequadas à realidade do trabalho, buscando aplicar a teoria aos dados reais e limitá-los ao espaço temporal da década de noventa e geográfico na mesorregião oeste catarinense e na cidade de Joinville.

Por fim através de uma pesquisa bibliográfica com base em livros e alguns trabalhos científicos, serão destacadas algumas medidas que podem diminuir os fatores responsáveis pelos fluxos migratórios em Santa Catarina.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.5 MARCO TEÓRICO

Inicialmente o trabalho levantará uma base teórica do tema migração, com foco predominante em migrações internas, às abordagens sobre fatores determinantes para que ocorram os deslocamentos dos fluxos migratórios em uma determinada região. Também serão estudados os principais aspectos conceituais sobre o que é desenvolvimento econômico e sua relação com as migrações.

Em seguida serão analisados esses fatores determinantes nos limites propostos pela pesquisa, ou seja, qual era a realidade econômica do país, as transformações que estavam ocorrendo na década de noventa e no estado de Santa Catarina, focando principalmente a cidade de Joinville e a mesorregião oeste catarinense.

Além da base teórica, num segundo momento serão levantados dados para análise de indicadores sociais e econômicos da cidade de Joinville, onde ocorreu um grande crescimento demográfico na década de noventa (LINS, MATTEI 2001). Para isso, serão utilizados os resultados do censo do ano de 1991 comparando-os aos mesmos dados do censo do ano 2000, a fim de obtermos uma idéia das transformações econômicas e sociais, que o município sofreu nesse período.

Da mesma forma será feito o mesmo levantamento em relação à mesorregião oeste catarinense, a qual em contraste ao fenômeno da cidade de Joinville enfrentou índices de queda na população absoluta de alguns municípios nesse período (SILVA, et al. 2003).

Para finalizar, após a análise dos dados de ambas as regiões, serão evidenciadas as principais mudanças que ocorreram nos anos noventa, e o que se pode fazer para melhorar os índices sócio-econômicos, para um desenvolvimento econômico mais equilibrado em Santa Catarina.

2. MIGRAÇÃO INTERNA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ASPECTOS TEÓRICOS.

2.1 Migrações Internas

Existem muitos estudos sobre o tema migrações, as que ocorrem com fluxos migratórios provenientes de outros países e a que ocorre o deslocamento dentro de um espaço menor, seja no mesmo país ou até mesmo no mesmo estado, caso que será abordado com maior ênfase.

Considerado um dos primeiros autores a tratar sobre o tema, Ravenstein (1880) formaliza uma teoria para explicar os movimentos migratórios ocorridos na Grã-Bretanha. Ele chegou a algumas conclusões em relação a distancia, as mulheres tenderiam a realizar movimentos de curta distancia, enquanto os homens percorriam as maiores distancias. Também concluiu que com o desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de transporte, o deslocamento entre as regiões foi facilitado. Mas o principal ponto foi que apesar de apontar a melhoria nos transportes, a distância, e outros fatores como importantes, ele reconheceu que o motivo econômico era a principal causa desencadeadora dos fluxos migratórios.

Influenciado pela teoria de Ravenstein, surge outro autor importante na área das migrações seu nome Everett Lee (1966) para ele o argumento a respeito das causas da migração é claro, e a decisão é tomada a partir dos fatores associados à área de origem e a área de destino. Lee afirma que as migrações resultam da interação e do balanço entre os fatores de expulsão, presentes na área de origem, e os fatores de atração, presentes na área de destino e também de fatores intervenientes, ou seja, relacionados às dificuldades encontradas pelos migrantes nas grandes cidades. Nos primeiros encontram-se tanto motivos de ordem econômica como infra-estruturas sociais (escolas, hospitais, etc) ou outros como fatores climáticos. Nos fatores contrários a migração, conta-se à distância, os custos do deslocamento, a dimensão da família ou leis migratórias, entre outros fatores que

influenciam. Para Lee (1966), fatores pessoais são os que fazem com que todas as decisões sejam individualmente variáveis, por isso ele considera que a decisão de migrar nunca é um ato completamente racional.

Outro autor que trata do tema a partir de uma base neoclássica é Sjaastad (1962), segundo ele, os diferenciais de salário são considerados como o principal fator capaz de influenciar a migração, e a mobilidade de trabalhadores é vista como um meio de acabar com as desigualdades de emprego e renda entre as regiões. As decisões são tomadas pelo agente analisando o custo benefício e não apenas no curto prazo, mas pensando também nas perspectivas futuras tanto individuais como de toda a família. Os custos a serem analisados são monetários, como as despesas com transporte, moradia, alimentação, e também não monetários que são questões pessoais como preferência por uma região devido ao clima ou aos costumes, etc. Os benefícios a serem analisados são as possibilidades de um aumento da renda, pois sem um incremento na renda a decisão de migrar torna-se desvantajosa do ponto de vista monetário, além desse fator, podem existir oportunidades de melhor formação profissional, que possibilita uma qualificação em busca de um emprego que lhe garanta maior renda.

Com um ponto de vista mais social, além da análise econômica, Singer (1998), trata o assunto das migrações internas a partir de dois fatores principais que influenciam os fluxos migratórios, que são os fatores de atração e os fatores de expulsão, levando em consideração que os primeiros têm o papel de orientar os fluxos migratórios já causados por fatores de expulsão, que são divididos em fatores de mudança e de estagnação. Como explica Singer (1998):

Fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de aglomerados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego; e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SINGER, 1998, p.37).

Os fatores de mudança do ponto de vista econômico fazem parte do processo de industrialização, pois agrega maior tecnologia na produção, melhorando a produtividade do trabalho. Portanto existe um fator que provoca um efeito migratório, pois com o aumento da produtividade há a diminuição do número de trabalhadores, porém a tendência é a melhora das condições de vida dos trabalhadores que permaneceram empregados.

No caso dos fatores de estagnação o quadro é diferente, pois as consequências atingem um fluxo maior de trabalhadores como também os produtores, todos tendem a perder ou manterem-se estagnados e economicamente decadentes. Tornam-se áreas de explorações agrícolas para latifundiários, ou também da origem a fluxos migratórios sazonais, em que o trabalhador se desloca para outras áreas apenas na época de colheita e depois retorna para sua casa.

Alem dos fatores de expulsão, Singer (1998) analisa também a importância dos fatores de atração na direção do destino dos fluxos migratórios, entre esses fatores o que o autor salienta como o principal é o da demanda por força de trabalho, que segundo ele envolve não somente a procura por mão-de-obra que deriva da produção industrial, mas também a que se origina no crescimento das atividades de prestação de serviços que acompanham todo esse desenvolvimento do processo de industrialização da região:

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas as quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos.

2.2 Desenvolvimento Econômico X Migrações

Ao longo da história percebe-se que as migrações em geral são influenciadas pelo modo como o desenvolvimento de uma região ocorre e os fluxos migratórios também detêm a capacidade de influenciar e até estimular um determinado processo de desenvolvimento. Analisando o processo histórico, Ravenstein (1980), descreve que o cenário do desenvolvimento econômico de uma região é influenciado pelos deslocamentos populacionais que para lá vão, além dos indivíduos que já residiam ali. Segundo ele o processo da migração é um importante fator no crescimento da economia de uma região, pois pode influenciar neste processo de crescimento, como também pode ser influenciado por ele.

Para alguns autores o tema desenvolvimento econômico refere-se apenas ao crescimento dos dados referentes à economia, mas também existe outra corrente que defende a idéia do desenvolvimento não estar apenas ligado ao crescimento econômico, mas a outros fatores primordiais para uma sociedade, como estrutura social, política, a melhoria nas instituições, etc.

Essa controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem esclarecida. Como observa Scatolin (1989, p.06):

Poucos são os outros conceitos nas ciências sociais que se tem prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, tem sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se devera atuar para alcançar o desenvolvimento.

Milone (1998) considera que o desenvolvimento caracteriza-se pela observação ao longo do tempo da existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, produto interno bruto (PIB), PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte de uma região.

Sandroni (1994) considera desenvolvimento econômico como crescimento econômico acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e também por alterações de caráter estrutural na economia. Segundo ele, não é possível se conceber desenvolvimento sem se levar em consideração o importante papel dos indivíduos e da sociedade no processo, portanto o comportamento demográfico tanto explica como pode ser explicado pelo processo de desenvolvimento que há na região.

Percebe-se então que a dinâmica populacional e as migrações influenciam diretamente no papel de como ocorre o desenvolvimento econômico em cada região, e percebe-se a importância do papel das migrações ocorridas em Santa Catarina nas últimas décadas refletindo diretamente como um dos principais fatores que influenciaram a economia e as políticas de desenvolvimento regional que se encontra em nosso estado atualmente.

A definição segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano é que ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Para aferir esse avanço, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o objetivo da elaboração do IDH é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra do país, também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade o indicador utiliza números da expectativa de vida ao nascer, já o item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de

ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC². Essas três dimensões têm a mesma importância no índice e varia de um a zero, sendo que quanto mais próximo de um, melhor é o desempenho.

A primeira publicação foi em 1990, mas o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. O IDH é um índice chave dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e fornece dados municipais, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio econômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 estados e o Distrito Federal.

Segundo o atlas do desenvolvimento humano no Brasil, em 1991 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do país era 0,696. Dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor valor era Florianópolis (SC), com um valor de 0,824, e o município com o pior valor era Entre Rios (SC), com um valor de 0,596. Dos 293 municípios do estado, 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,350 e 0,500; 25 (8,5%) tinham um valor entre 0,500 e 0,650; 265 (90,4%) tinham um valor entre 0,650 e 0,800; e 3 (1,0%) tinham um valor entre 0,800 e 1,000.

Em termos de população, 0 (0,0%) pessoas viviam em municípios com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) entre 0,350 e 0,500; 134.282 (3,0%) entre 0,500 e 0,650; 3.916.291 (86,2%) entre 0,650 e 0,800; e 491.463 (10,8%) entre 0,800 e 1,000.

No ano 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil era 0,766 e dentre os municípios do Estado de Santa Catarina, o município com o melhor valor era Florianópolis (SC), com um valor de 0,875, e o município com o pior valor era Timbó Grande (SC), com um valor de 0,680. Dos 293 municípios do estado, 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,350 e 0,500; 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,500 e 0,650; 171 (58,4%) tinham um valor entre 0,650 e 0,800; e 122 (41,6%) tinham um valor entre 0,800 e 1,000.

Em termos de população, 0 (0,0%) pessoas viviam em municípios com um

² Paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) entre 0,350 e 0,500; 0 (0,0%) entre 0,500 e 0,650; 1.541.103 (28,8%) entre 0,650 e 0,800; e 3.815.257 (71,2%) entre 0,800 e 1,000.

2.3 A Abertura Comercial na Década de 1990 e Suas Conseqüências Para o Brasil e Para Santa Catarina.

As mudanças políticas ocorridas em nosso país no início dos anos 90 tiveram grande impacto sobre o mercado de trabalho e a economia em geral, pois até o final da década de 1980 a industrialização brasileira era baseada no processo de substituição de importações e baseada numa política de importação, que apenas os similares nacionais ou bens necessários para complementar uma eventual falta de produtos é que entravam em nosso país. Para que isto ocorresse era necessária uma elevada tarifa aduaneira, listas de produtos proibidos, limites máximos de compras por empresas, entre outros.

Com essas atitudes o governo buscava um protecionismo, que por conseqüência criava internamente um parque industrial relativamente diversificado, mas acomodado e incompatível com o propósito de integração competitiva dos nossos produtos com o comercio internacional.

A partir de 1988, teve inicio a implantação de uma política de importação, com a intenção de induzir a uma alocação mais eficiente de recursos através da competição com os produtos do mercado estrangeiro. Foram realizados, então três programas de reduções tarifárias, respectivamente, nos períodos 1988-1989, 1991-1993, e 1994, seguidos de um pequeno retrocesso no período 1995-1998, quando o financiamento de déficits comerciais crescentes, proporcionados tanto pela valorização da taxa de cambio como pela ampliação da abertura comercial no inicio

do Plano Real, tornou-se inviável em decorrência da crise mexicana que ocorreu em dezembro de 1994. Quanto às barreiras não-tarifárias, as mais significativas foram retiradas em 1990, o que implicou que durante a maior parte do restante da década, as importações foram controladas fundamentalmente pelas tarifas e pela taxa de câmbio (Kume, et al. 2003).

Após a posse do então presidente Fernando Collor de Melo, ocorreu a abertura da economia com ações de cunho liberal, induzindo empresas a se reestruturarem para poderem competir internacionalmente, com inovações tecnológicas e novas práticas de gestão, porém foi um processo rápido e intenso e que gerou grandes efeitos em toda a economia e também na área social. Segundo Arbache (2003 p. 115):

A ascensão de Fernando Collor ao poder, em 1990, inaugurou o mais contundente processo de transformação econômica dos últimos 40 anos. Após décadas em que as políticas econômicas eram desenhadas e implementadas para promover a industrialização por substituição de importações e sedimentar o parque industrial nacional através de reservas de mercado, empresas estatais e instrumentos regulatórios, cambiais, fiscais e creditícios, promoveram-se profundas mudanças nas políticas públicas. Em poucos anos, removeu-se um enorme e complexo sistema de produção não-tarifária e reduziram-se as tarifas nominais e efetivas modais para cerca de ¼ daquela prevalecente na década de 1980. Os efeitos das reformas comerciais não tardaram. Em consonância com a valorização cambial iniciada em 1992, já no início da década de 1990 houve mudança na tendência de queda das importações verificada ao longo da década de 1980. A penetração de importações na manufatura, setor mais afetado pela reforma comercial, duplicou em apenas cinco anos, saltando de 5,5%, em 1990, para 10,7%, em 1995. As exportações, por outro lado, tiveram modesto crescimento, o que levou, já em 1995, à reversão do saldo da balança comercial, que estivera positivo desde o início da década de 1980.

Também ocorreu outra importante mudança que foram as privatizações que teve seu início modesto em 1991, mas nos anos seguintes ganhou força com a

privatização de setores importantes, como o siderúrgico, petroquímico, e de telecomunicações, entre outros.

Em Santa Catarina, a abertura comercial trouxe conseqüências sentidas em todas as regiões e em todo setor produtivo, porém algumas regiões sentiram mais, como se destaca o caso da região oeste, em que essa reestruturação exigiu um novo padrão de produção com inovações tecnológicas no setor agrícola, o que influenciou nos processos de integração entre os pequenos produtores e as grandes empresas do setor, esta relação exigiu uma diminuição no número de propriedades dos pequenos produtores que trabalhavam integrados com as grandes agroindústrias da região e aumentou o grau de dependência dos produtores que restaram às empresas que buscavam o aumento da produtividade.

Com uma maior dependência do capital estrangeiro e das multinacionais, ocorreram grandes mudanças estruturais em vários setores da economia, como explica Goulart Filho (2007, p. 16):

As privatizações e as desnacionalizações suicidas, associado ao novo ciclo de endividamento especulativo externo dos anos 90, ao mesmo tempo enfraqueceu e fortaleceu o Estado: enfraqueceu no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; e fortaleceu para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro. É dentro deste movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós-1990 como a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial.

É nesse contexto político e econômico que o país se encontrava no início dos anos 90 e as mudanças ocorridas na economia refletiram no mercado de trabalho e também em vários outros setores da sociedade brasileira e do estado de Santa Catarina, assunto que será abordado mais detalhadamente nos próximos capítulos, numa abordagem entre os dados da média catarinense, comparado aos dados da cidade de Joinville como sendo uma cidade que conseguiu melhor se adaptar as

mudanças ocorridas no período da década de 1990. Em comparação a média catarinense, também será analisada a mesorregião oeste catarinense, em que as mudanças ocorridas na década de 1990 foram mais sentidas.

3. ANÁLISE HISTÓRICA E DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NA DÉCADA DE 1990 DA CIDADE DE JOINVILLE.

Para entender melhor a situação econômica e social na cidade de Joinville na década de 1990, é necessário uma revisão histórica sobre quais os fundamentos que a cidade foi alicerçada, tanto culturalmente, quanto economicamente, pois refletem em muitos aspectos da cidade atualmente. Além dos arquivos históricos, serão analisados alguns indicadores sociais e econômicos mais recentes, a fim de buscar dados que comprovem o crescimento e desenvolvimento da cidade como um pólo industrial e grande receptor de mão-de-obra, atraindo fluxos migratórios com seus fatores de atração (SINGER, 1998).

3.1 Análise Histórica.

De acordo com os dados obtidos pela prefeitura, a cidade foi fundada em 9 de março de 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes da Alemanha, Suíça e Noruega, a bordo da barca Colon. A nova terra foi denominada Colônia Dona Francisca, em homenagem à princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I e herdeira de uma área de 25 léguas quadradas. As terras faziam parte do dote de casamento da princesa com o príncipe François Ferdinand Phillippe Louis Marie, de Joinville (cidade situada na França). A chegada dos imigrantes à região foi possível depois de o príncipe ceder, em 1849, oito léguas de área para a Sociedade Colonizadora Hamburguesa, de propriedade do senador Christian Mathias Schroeder. Os primeiros colonizadores chegaram às terras brasileiras dois anos depois, juntando-se a portugueses e indígenas já estabelecidos na região. Em 1852 a colônia passou a ser chamada de Joinville.

O desenvolvimento da cidade teve início após a construção da estrada da Serra Dona Francisca, com início em 1852 por Leonce Aubé, originou-se o distrito de Pirabeiraba, e houve abertura de um canal de comércio com Curitiba a partir de 1865, que inclusive foi quando se configurou um dos primeiros surtos do desenvolvimento que consolidou a vocação econômica da região: o Ciclo do Mate. Em 1881 surge a primeira fábrica de tecidos, por Carl Döhler, um dos mais importantes setores de produção atualmente. Com o acesso a energia elétrica em 1906 e a suspensão das importações européias, a economia joinvillense se apóia em pequenas indústrias que passam por um grande surto de desenvolvimento entre 1915 a 1945, quando recebe o título de Manchester Catarinense.

Após a segunda Guerra Mundial, a cidade ampliou sua participação no mercado interno e externo, com o surgimento de novas empresas e consolidando as já existentes. Com o aumento do número de empresas, ocorre o fenômeno de aumento de demanda por mão-de-obra e uma diversificação de atividades, tornando uma estrutura industrial fortalecida, que foi beneficiada pela última etapa da política de substituição de importações (1946-1973), que estimulou a indústria eletrometal-mecânica, por buscar na produção interna a geração de bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de capital.

Após o golpe de 64, ocorre mais um impulso com a canalização de recursos nacionais para a industrialização. Com o crescimento industrial, Joinville passa por um processo de explosão demográfica quando ocorre a necessidade de acelerar o processo urbanístico. Com a criação do distrito industrial em 70, cria-se um ambiente para que a expansão econômica cause o menor dano possível ao meio ambiente.

Nos anos entre 1980 e 1990 ocorreram profundas mudanças econômicas e institucionais que influenciaram negativamente a indústria de bens de capital, principalmente o segmento de máquinas-ferramenta, em decorrência da retração do mercado nacional, durante esse período, as empresas do setor eletrometal-mecânico, com algumas exceções do restrito grupo formado pelas grandes empresas, se caracterizavam pelos baixos investimentos, verticalização produtiva excessiva, deficiente padrão de gestão, obsolescência tecnológica, reduzidos níveis de especialização. Mas apesar disso as empresas que atuam nos segmentos mais dinâmicos tecnologicamente, em busca de sobrevivência no novo contexto

concorrencial, conseguiram por meio da reestruturação patrimonial e produtiva, desverticalização da produção, especialização e terceirização de parte dos processos produtivos, expandir a sua produção ao voltarem-se para o mercado externo (MACEDO, 2002).

Apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos 80 e 90, a cidade de Joinville continuou se desenvolvendo, pois a estrutura produtiva local acompanhou as mudanças no processo de industrialização brasileiro, sobretudo com as estratégias de reestruturação do setor industrial eletrometal-mecânico. Esse amplo processo de reestruturação realizado pelos grandes grupos empresariais deu origem ao surgimento de inúmeras micro e pequenas empresas, que viram na região um importante espaço de atuação, principalmente através da prestação de serviços industriais complementares. Nesse contexto, pode-se verificar na região uma forte cultura empreendedora, pois mesmo nos períodos de crise, os empresários souberam aproveitar as oportunidades de investimentos, seja através da expansão de seus negócios para outros segmentos industriais ou da sua especialização produtiva.

3.2 Indicadores Sociais e Econômicos da Década de 1990

A cidade de Joinville teve um grande crescimento populacional na década de noventa, em 1991 sua população era de 347.151 habitantes e no ano de 2000 cresceu para 429.624 habitantes, um crescimento de 82.473 pessoas, ou seja, 23,7% em 9 anos, superior ao crescimento da população catarinense no mesmo período que foi de 17,9%, como podemos observar na próxima tabela.

Tabela 1 – Crescimento Populacional da Cidade de Joinville e de Santa Catarina

População residente por sexo, situação e grupos de idade		
Variável = População residente (Pessoas)		
Sexo = Total		
Situação do domicílio = Total		
Grupos de idade = Total		
Município	Ano	
	1991	2000
Joinville - SC	347.151	429.604
Santa Catarina	4.541.994	5.357.864

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

Isso mostra que apesar das mudanças geradas pelo novo momento que o país enfrentou na década de 1990, a cidade de Joinville teve o crescimento do número total de habitantes, acima da média do nosso estado, com 23,75%, contra 19,96% de Santa Catarina.

A tabela a seguir mostra uma comparação entre a população economicamente ativa, ou seja, compreende todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, que constituem a força de trabalho do país, abrange os empregados e empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores que estão temporariamente desempregados, e a população não economicamente ativa, que é formada principalmente por aposentados, donas-de-casa, estudantes, inválidos e crianças. A comparação abrange o estado de Santa Catarina e a cidade de Joinville entre os anos de 1991 e 2000.

Tabela 2 – Crescimento da população economicamente ativa e não economicamente ativa da Cidade de Joinville e de Santa Catarina

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência			
Unidade da Federação e Município	Condição de atividade	Ano	
		1991	2000
Santa Catarina	Economicamente ativa	1.976.843	2.682.355
	Não economicamente ativa	1.551.776	1.691.889
Joinville - SC	Economicamente ativa	148.144	208.343
	Não economicamente ativa	121.628	143.524

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

Da população economicamente ativa em Santa Catarina houve um crescimento de 35,6% do ano de 1991 para o ano 2000, e dos não economicamente ativos o crescimento foi de apenas 9%. Na cidade de Joinville, houve um crescimento de 40,6% da população economicamente ativa no mesmo período, e aumento de 18% da população não economicamente ativa. Novamente a média do crescimento na cidade de Joinville, tanto dos economicamente ativos, quanto dos não economicamente ativos foi superior ao da média estadual.

Na tabela 3, o comparativo é do crescimento da população em relação ao lugar de nascimento, no caso utilizam-se apenas quatro opções, que são os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta análise será de duas formas, a primeira é em relação ao crescimento do número de imigrantes desses estados para o estado de Santa Catarina do ano de 1991 para o ano de 2000. A outra análise relaciona o percentual dos imigrantes desses estados num comparativo entre o estado de Santa Catarina e a cidade de Joinville no ano 2000.

Tabela 3 – População residente por lugar de nascimento na Cidade de Joinville e em Santa Catarina.

População residente por lugar de nascimento			
Unidade da Federação e Município	Lugar de nascimento	Ano	
		1991	2000
Santa Catarina	São Paulo	34.046	61.996
	Paraná	172.208	278.729
	Santa Catarina	3.989.677	4.585.542
	Rio Grande do Sul	292.744	341.273
Joinville - SC	São Paulo	-	8.980
	Paraná	-	53.766
	Santa Catarina	-	344.352
	Rio Grande do Sul	-	10.856

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

Levando em conta que a população total de Santa Catarina em 1991 era de 4.541.994 habitantes, 87,8% eram de catarinenses natos, seguido de 6,4% de gaúchos, 3,7% de paranaenses e 0,7% de paulistas, este percentual teve grandes alterações, em relação aos imigrantes paulistas que quase dobraram de número, com um crescimento de 82%, atingindo 0,11% da população catarinense no ano de 2000, levando em consideração que a população total era de 5.357.864 habitantes. No ano de 2000, a população nascida em Santa Catarina teve uma queda no seu percentual em relação ao total, com uma participação de 85,5%, seguido de 6,3% de gaúchos e de 5,2% de paranaenses, que em termos absolutos foram os que mais imigraram para Santa Catarina, com 106.521 habitantes a mais do que em 1991.

No censo de 2000, pode se observar na cidade de Joinville que sua população contava com 429.604 habitantes, desses 80,1% era de catarinenses natos, seguido de 12,5% de paranaenses, com 2,5% de gaúchos e 2% de paulistas. Em comparação ao percentual estadual, o número de catarinenses natos é menor que o da média catarinense, com uma diferença de 5,4% a menos de catarinenses em sua população total, observa-se também que os paranaenses têm uma grande participação no total de habitantes de Joinville, com 12,5% da população total do município, isto mostra que dos 278.729 paranaenses que residem em território catarinense, 19,28% estão em Joinville, fator gerado não apenas pela proximidade

geográfica, mas também confirmando que o município é um grande pólo receptor de fluxos migratórios.

A próxima tabela mostra a situação Catarinense e também da cidade de Joinville, em relação aos anos de estudo, e a evolução ocorrida do ano de 1991 para o ano 2000.

Tabela 4 – População residente por anos de estudo na Cidade de Joinville e em Santa Catarina.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo			
Unidade da Federação e Município	Grupos de anos de estudo	Ano	
		1991	2000
Santa Catarina	Curso de alfabetização de adultos concluído	6.748	-
	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, exclusive Curso de alfabetização de adultos	280.110	-
	Sem instrução e menos de 1 ano	-	212.181
	1 a 3 anos	703.333	641.824
	4 a 7 anos	1.564.704	1.822.993
	8 a 10 anos	502.729	788.088
	11 a 14 anos	362.953	679.997
	15 anos ou mais	105.831	183.416
	Não determinados	2.265	45.745
Joinville - SC	Curso de alfabetização de adultos concluído	358	-
	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, exclusive Curso de alfabetização de adultos	13.802	-
	Sem instrução e menos de 1 ano	-	11.405
	1 a 3 anos	49.267	40.645
	4 a 7 anos	111.127	127.950
	8 a 10 anos	49.239	78.891
	11 a 14 anos	35.845	73.368
	15 anos ou mais	10.022	17.427
	Não determinados	116	2.180

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

Tanto em Santa Catarina, quanto em Joinville, à faixa de 4 a 7 anos de estudo é a que tem um maior percentual de pessoas, sendo que em 1991, no estado

44,34% pertenciam a este grupo, já em 2000 faziam parte 41,67%. Percebe-se uma pequena queda neste percentual e também no grupo de 1 a 3 anos de estudo, que em 1991 era de 19,93% e em 2000 passou a 14,67%, mostrando que a faixa de 1 a 7 anos de estudo vem diminuindo a porcentagem e as faixas de 8 a 15 anos ou mais de estudo vêm aumentando, principalmente a faixa de 11 a 14 anos de estudo que subiu de 10,28% em 1991 para 15,54% no ano 2000 no estado de Santa Catarina.

Na cidade de Joinville a mesma tendência estadual ocorreu, com um maior percentual na faixa de 4 a 7 anos de estudo, que em 1991 era de 41,19%, passou a 36,36% em 2000, mas o diferencial foi a mudança entre os que possuem 8 a 15 anos ou mais de estudo, que em 1991 faziam parte de 35,24%, contra 59,47% dos que tinham 1 a 7 anos de estudo, passaram a ser maioria na cidade de Joinville em 2000, com 48,22%, deixando a faixa com menos anos de estudos com 47,91%, diferente dos resultados da média estadual, que mesmo com uma melhora 27,51% em 1991, passaram a 37,74% em 2000, mas ainda não superaram o percentual dos que tem de 1 a 7 anos de estudo, que em 1991 era de 64,27% e passaram a ser 56,34% em 2000, mostrando que no aspecto de educação, Joinville se diferencia da média estadual, fator social que segundo Lee (1966) também influencia, junto com outros fatores, na busca por uma cidade que atraia fluxos migratórios.

A tabela 5 mostra os dados referentes a classes de rendimento mensal no ano de 2000, com uma comparação entre a média estadual e a cidade de Joinville, incluindo desde os indivíduos que não tem rendimentos até os que recebem mais de 30 salários mínimos, lembrando que o salário mínimo utilizado na época como referencia, era segundo o IBGE no valor de R\$ 151,00 e que a categoria dos sem rendimentos inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Levando em consideração apenas as classes de rendimentos em que se encontra a maior parte da população, e também sem considerar os indivíduos sem rendimentos, a análise a seguir é composta apenas pelos indivíduos que são remunerados, e a primeira faixa compreende os que recebem de 1/4 até 2 salários mínimos, e a segunda faixa, os que recebem a partir de 2 até 10 salários mínimos. A análise é bastante desigual entre a média estadual e a cidade de Joinville, observando os dados da primeira faixa de rendimentos em Santa Catarina, a porcentagem dos que recebem de 1/4 até 2 salários mínimos é de 29,71%, maior que a segunda faixa que recebe de 2 até 10 salários mínimos que é de 29,01%, bem

diferente da cidade de Joinville, onde a primeira faixa é percentualmente menor com 21,27% e a segunda faixa é bem maior com 34,19% que recebem de 2 até 10 salários mínimos, uma diferença do município para a média estadual de -8,44% dos que recebem até 2 salários mínimos e +5,18% dos remunerados com até 10salários mínimos.

Tabela 5 – População residente por classes de rendimento mensal na Cidade de Joinville e em Santa Catarina.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade e classes de rendimento nominal mensal		
Ano = 2000		
Unidade da Federação e Município	Classes de rendimento nominal mensal	
Santa Catarina	Até 1/4 de salário mínimo	20.140
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	66.199
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	504.987
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	728.901
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	448.496
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	456.549
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	364.537
	Mais de 10 a 15 salários mínimos	88.293
	Mais de 15 a 20 salários mínimos	51.348
	Mais de 20 a 30 salários mínimos	32.288
	Mais de 30 salários mínimos	40.794
	Sem rendimento	1.571.711
Joinville - SC	Até 1/4 de salário mínimo	878
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	2.660
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	23.580
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	48.644
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	38.477
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	45.428
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	36.466
	Mais de 10 a 15 salários mínimos	9.153
	Mais de 15 a 20 salários mínimos	5.168
	Mais de 20 a 30 salários mínimos	3.124
	Mais de 30 salários mínimos	3.958
	Sem rendimento	134.330

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

A melhor remuneração dos trabalhadores de Joinville em relação à média estadual é um fator importante para a migração, segundo Sjaastad (1962), os diferenciais de salário são considerados como o principal fator capaz de influenciar a migração, e a mobilidade de trabalhadores é vista como um meio de acabarem com as desigualdades de emprego e renda entre as regiões, as decisões são tomadas pelo agente analisando o custo benefício e não apenas no curto prazo, mas pensando também nas perspectivas futuras tanto individuais como de toda a família.

Outro índice observado na tabela a seguir, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no caso será analisado o IDHM, para municípios, para seu cálculo, levam-se em conta três indicadores: renda municipal per capita, que é obtida, no Brasil, através do Censo do IBGE, por meio de um questionário detalhado que é aplicado nos domicílios visitados pelos recenseadores; educação (grau de escolaridade e alfabetização); e longevidade (expectativa de vida ao nascer). O IDH varia de zero até um, sendo que quando seu valor é igual a zero significa que não há desenvolvimento, até 0,49 é considerado baixo, entre 0,50 e 0,799 é médio, entre 0,80 e 1 é considerado alto e quando seu valor é igual a um significa que o desenvolvimento é total (PNUD)³.

A tabela 6 mostra a variação do IDHM, do ano de 1991, para o ano 2000, tanto na média estadual, quanto no município de Joinville.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000

Estado / Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000
Santa Catarina	0,748	0,822
Joinville (SC)	0,779	0,857

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A tabela mostra a evolução no IDHM do ano de 1991 para o ano 2000, tanto nos números estaduais, quanto municipais, mas também indica novamente uma superioridade do município de Joinville em relação à média estadual no IDHM, houve até mesmo uma evolução maior neste índice de 1991 para o ano 2000 na cidade em relação ao estado, com uma melhora de 0,078 pontos, contra uma melhora de 0,074 da média catarinense, o que indica que além do fator renda, o índice de desenvolvimento humano na cidade de Joinville na década de 1990, evoluiu acima da média estadual, confirmando o município como um dos que possui fortes fatores de atração ⁴, pois tanto em relação aos índices econômicos, quanto em relação aos índices sociais, o município supera a média estadual, confirmando os dados analisados desde a tabela 1, até a tabela 6.

³ Programa das nações unidas para o desenvolvimento

⁴Fatores de atração que determinam a orientação dos fluxos e as áreas as quais se destinam. SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 14 ed.rev.-São Paulo: Contexto, 1998

4. ANÁLISE HISTÓRICA E DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS NA DÉCADA DE 1990 DA MESORREGIÃO OESTE DO ESTADO

A mesorregião oeste catarinense é atualmente formada por 5 microrregiões e 116 municípios, no extremo oeste encontramos a microrregião de São Miguel do Oeste, que faz divisa com a Argentina, ao seu lado se localiza a microrregião de Chapecó, seguida pela microrregião de Xanxerê, microrregião de Joaçaba e a microrregião de Concórdia, como pode ser melhor observado no mapa.

Figura 1 - Mapa das Microrregiões de Santa Catarina



Mesorregião Oeste:

- 1 - Microrregião Geográfica de São Miguel d'Oeste
- 2 - Microrregião Geográfica de Chapecó
- 3 - Microrregião Geográfica de Xanxerê
- 4 - Microrregião Geográfica de Joaçaba
- 5 - Microrregião Geográfica de Concórdia

Fonte: CEPA / EPAGRI

1-Microrregião Geográfica de São Miguel do Oeste - Anchieta, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, S. João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Tunápolis.

2-Microrregião Geográfica de Chapecó - Águas de Chapecó, Águas Frias, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Guatambu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo horizonte, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste.

3-Microrregião Geográfica de Xanxerê - Abelardo Luz, Coronel Martins, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuacu, Lageado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.

4-Microrregião Geográfica de Joaçaba - Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Fraiburgo, Herval do Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira.

5-Microrregião Geográfica de Concórdia - Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina.

4.1 Análise Histórica.

A região onde atualmente se encontra o oeste catarinense foi marcada por uma história de muitas disputas territoriais, para chegar à divisão geográfica atual, a região passou por muitos conflitos, pois no início tratava-se de uma questão de limites entre Brasil e Argentina, e somente no final do século XIX que os países resolveram essa questão, tempo suficiente para que o governo brasileiro enviasse

expedições para lá a fim de expulsar os antigos moradores (bugres) ⁵ e iniciar o povoamento da região, garantindo assim o domínio sobre os referidos campos, esse episódio se findou em 1895 e ficou conhecido como a “Questão de Missiones”, para os argentinos e “Questão de Palmas” para os brasileiros.

Após a resolução do conflito entre os países, restava a definição em relação à demarcação interna do território, que causou uma disputa sobre aquela área, atual Estado de Santa Catarina, quando o Paraná se dizia herdeiro da questão com São Paulo. Os paranaenses alegavam a descoberta e ocupação dos Campos de Palmas e, para garantir a posse sobre o território, instalaram uma estação fiscal no Chapecó, com a intenção de controlar o trânsito do gado que vinha do sul, com destino às feiras em São Paulo.

Em 1901 depois de muitos conflitos e tentativas de acordos para delimitar a região, o governo de Santa Catarina entrou em juízo contra o Estado do Paraná, reclamando a posse da terra e após três anos, em 1904, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao Governo do Estado de Santa Catarina.

No processo de povoamento da região, o governo nacional autorizou a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, e a empresa responsável Brazil Railway Company, foi paga em terra, pois o governo brasileiro concedeu à empresa o direito de propriedade de todas as terras até 15 quilômetros distante de cada lado dos trilhos, sem levar em consideração qualquer posse anterior, legalizada ou não. Com isso, foi deslocado para a região um formidável contingente de mão-de-obra, recrutado em distantes centros urbanos do país (Santos, Rio, Salvador e Recife), para a construção da ferrovia, este contingente foi estimado entre 4.000 e 10.000 homens⁶.

Após o término das construções, todo esse contingente foi dispensado e foram deixados na própria região, que unidos aos pequenos ex-proprietários das terras que foram dadas a empresa Brazil Railway Company, formaram um grande grupo com interesses em comum, pois se sentiam injustiçados.

Com essa união popular, agregaram-se alguns líderes religiosos da região, chamados de monges, que aconselhavam e consolavam aquele povo, a partir de

⁵ Nome regional dado aos mestiços de índios e brancos. Estes homens ocupavam as terras segundo um sistema de produção baseado quase exclusivamente em culturas de subsistência, praticamente não monetarizadas

⁶ SILVA F. C. A; HEIDEN, F. C; AGUIAR, V. V. P; PAUL. J.M. Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense. 2 ed.rev. e atual. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2003. p. 15.

suas idéias que em certo ponto responsabilizavam a república por seus problemas, o que acabou gerando alguns problemas para o governo.

Fustigados em Curitiba pelo chefe político local, “Cel” Francisco de Albuquerque, o monge José Maria e a pequena multidão que o acompanhava retornaram a Irani, território então controlado pelo estado do Paraná. Acreditando ser esse episódio uma manobra do governo catarinense para justificar o policiamento da área contestada e desta forma garantir a execução da sentença do STF⁷ favorável a Santa Catarina, o governo paranaense enviou tropas para reprimir o monge e seus seguidores. A derrota do Regimento de Segurança do Paraná desencadeou a guerra movida pelo governo da república e a Company contra os fanáticos. Dessa forma, foram deslocados para os campos de batalha cerca de 6 mil soldados do exército nacional (a metade de todo o efetivo do exército à época) e mil milicianos da empresa do grupo Farquhar. O resultado foi o previsível: foram abatidos os levantados. A empresa ferroviária tratou, então, de iniciar a venda de terras para colonização, já que também era seu objetivo transformar a área em produtora de alimentos, a serem transportados por sua E. F.⁸ para a região cafeeira de São Paulo. Porém, sua primeira tentativa colonizadora fracassou, porque em suas terras havia proprietários com títulos emitidos pelo estado do Paraná e antigos posseiros e empregados da E. F. (SILVA, et al.2003, p.16).

Após o fim da questão com o Paraná, o governo permitiu o início da venda das terras por parte da empresa, e uma característica que marcou as primeiras divisões de terra, foi que os imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul foram instalados ao longo do rio do Peixe, formando núcleos coloniais, e o padrão geral de colonização era o mesmo, sendo que as colonizadoras exploravam a madeira das terras, demarcavam os lotes ao longo das estradas vicinais (“linhas”), geralmente com área padrão de uma colônia (25 hectares) e os vendia aos imigrantes. Apenas nas áreas próprias para as atividades agropastoris e extrativas, as glebas variavam de 100 a 1.000 hectares, características que refletiram na forma do uso da terra ao longo da história do oeste catarinense, pois desde o princípio de sua colonização a região Oeste de Santa Catarina apresenta a peculiar característica de que suas terras foram colonizadas segundo um modelo minifundiário de estrutura agrária. A

⁷ Supremo Tribunal Federal

⁸ Empresa Ferroviária

produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses na década seguinte, que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial (ALVES, MATTEI, 2006).

A partir dos anos 30 a região começa uma ascensão, com o governo Vargas no poder, é alterada a configuração política estadual, com a família Ramos no poder, representando os latifundiários da região de Lages, permitindo que os comerciantes do meio oeste catarinense se aproximassem do aparato estadual. Com a melhora das relações com o estado, as classes dominantes da região tiveram satisfeitas suas necessidades, maiores investimentos foram destinados para região, melhorando as ferrovias e rodovias, escoando melhor a produção, interligando as agroindústrias aos produtores e aos consumidores locais e nacionais. Durante o Governo Vargas havia inclusive um subsídio dado aos produtores do Meio-Oeste Catarinense que escoavam a sua produção excedente para os mercados consumidores da região sudeste pela ferrovia, para isso o Governo concedeu vagões gratuitamente durante o período de 1932 a 1943. No governo de Juscelino Kubitschek, com o plano de metas, também houve um crescimento muito grande na produção local, porém esse crescimento sem distribuição gerou uma posterior estagnação econômica que assolou o país todo e teve reflexos na economia local.

O processo de estagnação vivenciado no fim do período anterior serviu para fortalecer os argumentos dos setores mais conservadores da sociedade que queriam o golpe de 1964, após a consolidação do golpe, é lançado o Plano e Ação Econômica do Governo, com o intuito de enxugar gastos públicos, aumentar a carga tributária, conter o crédito e arrochar os salários, com essas medidas houve um grande número de empresas que decretaram falência, sobretudo no ramo alimentar, com isso foi possível às empresas do Meio-Oeste Catarinense que haviam acumulado capital no período anterior e que eram associadas ao novo regime, adquirir diversas empresas do seu ramo principalmente empresas em falência do RS e PR, mais próximas geograficamente. Essa política adotada por parte do Governo Militar foi determinante para os empresários locais, pois criou a possibilidade de expansão de seus negócios em função das novas políticas adotadas nos anos

seguintes, como as reformas fiscais e financeiras, o sistema funcional de crédito ao consumidor, o incentivo às exportações e o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Vale ressaltar o nível de envolvimento da promissora burguesia local com o Governo, o então empresário do grupo Sadia, Attilio Fontana chegou a ser indicado pelo governo Médici, em 1970, ao cargo de vice-governador do estado de Santa Catarina. A apropriação direta dos empresários locais dos cargos públicos possibilitou alguns benefícios, como crédito para novos investimentos, isenções fiscais e investimento em infra-estrutura. Com o final do regime, as articulações que os empresários do Meio-Oeste catarinense possuíam foram abaladas, era necessário realizar novas articulações que lhes permitissem manter o domínio na região, essas articulações internamente não seriam possíveis, com isso as grandes empresas dependem dos investimentos do grande capital multinacional, e em pouco tempo se sucedem as desnacionalizações do setor agroindustrial do Meio-Oeste catarinense, além disso, com as alterações no que diz respeito ao sistema de integração entre proprietários rurais e empresas de beneficiamento de carnes de suínos e aves, houve uma diminuição na quantidade de produtores, pois ocorreram avanços em termos de escala e benefícios logísticos para as empresas. (Machado 2008).

4.2 Indicadores Sociais e Econômicos da Década de 1990

A Mesorregião Oeste Catarinense cresceu menos do que a média do estado na década de 1990, pois do ano de 1991 para o ano 2000, Santa Catarina teve um crescimento de 17,9% na sua população absoluta, enquanto a Mesorregião Oeste Catarinense teve um crescimento de apenas 6,2%, uma diferença percentual grande, com um crescimento 11,7% menor que o da média catarinense no mesmo período, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 7 – Crescimento Populacional da Mesorregião Oeste Catarinense e de Santa Catarina

População residente		
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Ano	
	1991	2000
Santa Catarina	4.541.994	5.357.864
Oeste Catarinense - SC	1.051.083	1.116.963

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

O crescimento abaixo da média estadual na década de 1990 indica que a região foi naquele momento um centro de emigração, pois apesar de haver um crescimento de 6,2% de 1991 ao ano 2000, algumas cidades da região tiveram perda da sua população absoluta, como se pode ver na tabela 8, no caso da microrregião geográfica de São Miguel do Oeste, que em 1991 tinha a população de 186.803 habitantes e no ano de 2000 passou a ter 171.160 habitantes.

Tabela 8 – População das Microrregiões do Oeste Catarinense no ano de 1991 e no ano 2000.

População residente		
Microrregião Geográfica	Ano	
	1991	2000
São Miguel do Oeste - SC	186.803	171.160
Chapecó - SC	340.495	361.534
Xanxerê - SC	130.287	142.257
Joaçaba - SC	262.890	304.060
Concórdia - SC	130.608	137.953

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

Além da diminuição da população em 9,1% no caso da Microrregião de São Miguel do Oeste, observa-se um crescimento bem menor que o da média estadual em todas as microrregiões do Oeste Catarinense, pois a média estadual como foi

visto teve um crescimento de 17,9% do ano de 1991 para o ano de 2000, enquanto a Microrregião de Concórdia cresceu apenas 5,6%, a Microrregião de Chapecó cresceu 6,1%, a Microrregião de Xanxerê 9,1% e a Microrregião que teve maior crescimento na região oeste nesse período foi a de Joaçaba com 15,6%, mesmo assim menor que o da média estadual.

Observa-se a partir das informações contidas na tabela 8, que a mesorregião oeste na década de 1990 foi uma região com um crescimento abaixo da média estadual, com alguns municípios tendo sua população absoluta decrescendo, tornando-se uma região de emigração, graças a alguns fatores de expulsão dos fluxos migratórios, como explica Singer (1998), no caso ocorrido na região, observa-se que os fatores de expulsão têm características de fator de mudança, pois para o aumento da produtividade no setor predominante da região, que é o agroindustrial, houve uma redução no nível de emprego. No oeste catarinense as alterações no que diz respeito ao sistema de integração entre proprietários rurais e empresas de beneficiamento de carnes de suínos e aves, causaram uma diminuição na quantidade de produtores, pois ocorreram avanços em termos de escala e benefícios logísticos para as empresas. Assim observa-se o deslocamento de fluxos migratórios desde áreas do oeste e do meio-oeste catarinense para os municípios litorâneos, em particular rumo às áreas de Florianópolis, Joinville e Blumenau (LINS, MATTEI 2001).

Na tabela a seguir, a análise será feita com relação à condição de atividade dos habitantes com mais de 10 anos de idade, quantos são economicamente ativos⁹ e quantos são economicamente inativos¹⁰, tanto em Santa Catarina, quanto na região Oeste Catarinense.

⁹ Abrange os empregados e empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores que estão temporariamente desempregados.

¹⁰ Aposentados, donas-de-casa, estudantes, inválidos e crianças.

Tabela 9 – Crescimento da população economicamente ativa e não economicamente ativa da Meso Região Oeste Catarinense e de Santa Catarina

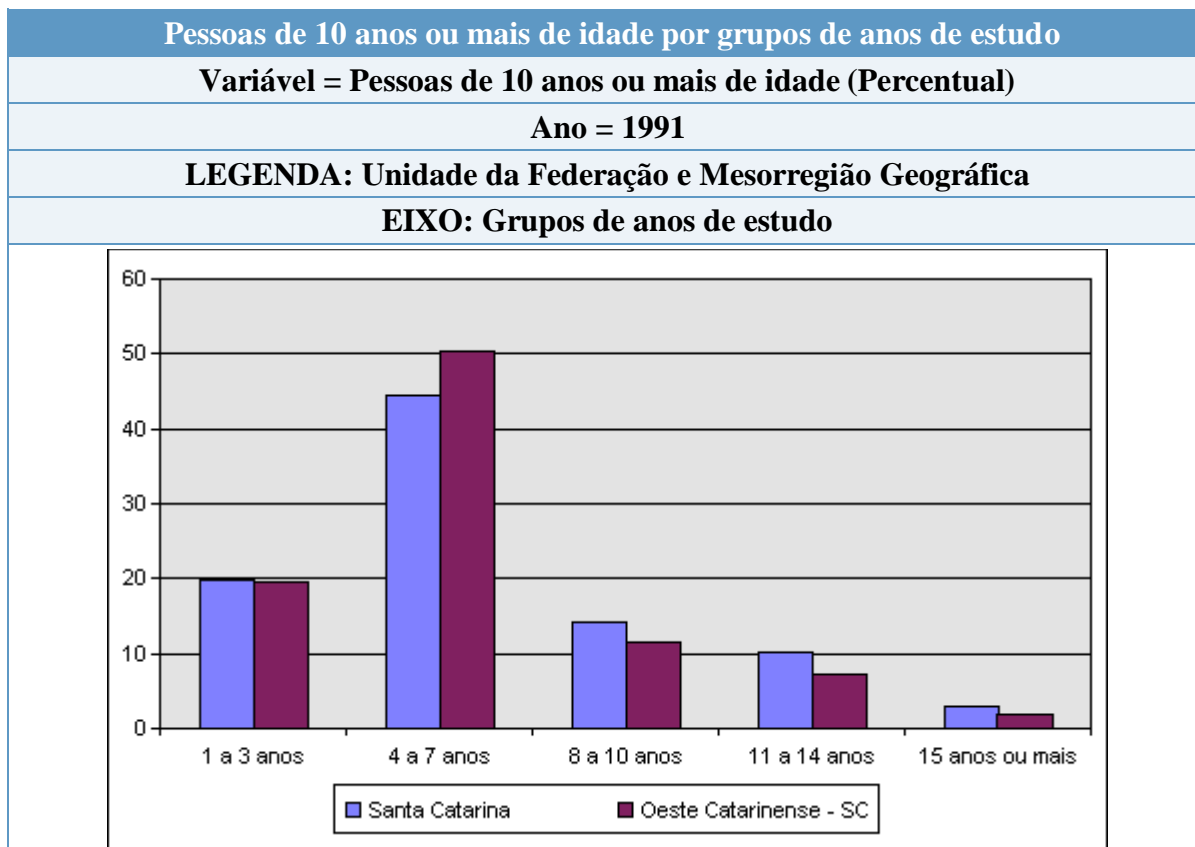
Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência			
Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)			
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Condição de atividade	Ano	
		1991	2000
Santa Catarina	Economicamente ativa	1.976.843	2.682.355
	Não economicamente ativa	1.551.776	1.691.889
Oeste Catarinense - SC	Economicamente ativa	497.942	596.120
	Não economicamente ativa	309.739	307.594

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

Do ano de 1991 para o ano 2000, observa-se que a diferença é ainda maior do que em relação à população absoluta, pois se levarmos em conta apenas os economicamente ativos, Santa Catarina teve um crescimento de 35,6% no período, enquanto a Mesorregião Oeste Catarinense apresentou um crescimento de 19,7%, ou seja, 15,9% menor que o da média estadual. Em relação aos não economicamente ativos, a situação é totalmente fora do que ocorreu com a média estadual, pois houve um decréscimo de 0,069% do ano de 1991 para o ano 2000, uma perda no número de pessoas que se encontram neste grupo dos não economicamente ativos, enquanto o estado teve um crescimento de 9% no mesmo período. Os dados analisados na tabela 8, mostram que em relação à média estadual na década de 1990, a Mesorregião Oeste Catarinense teve um desempenho pior, pois se levarmos em conta que a população economicamente ativa faz parte da força de trabalho da região, observa-se que as oportunidades de emprego criadas a nível estadual foram percentualmente maiores que as criadas na região Oeste do estado.

O comparativo a seguir, é em relação aos anos de estudos, dividido por grupos de idade, o percentual compara a média estadual com a Mesorregião Oeste Catarinense no ano de 1991.

Gráfico 1- Percentual por grupos de anos de estudo no ano 2000, de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste Catarinense

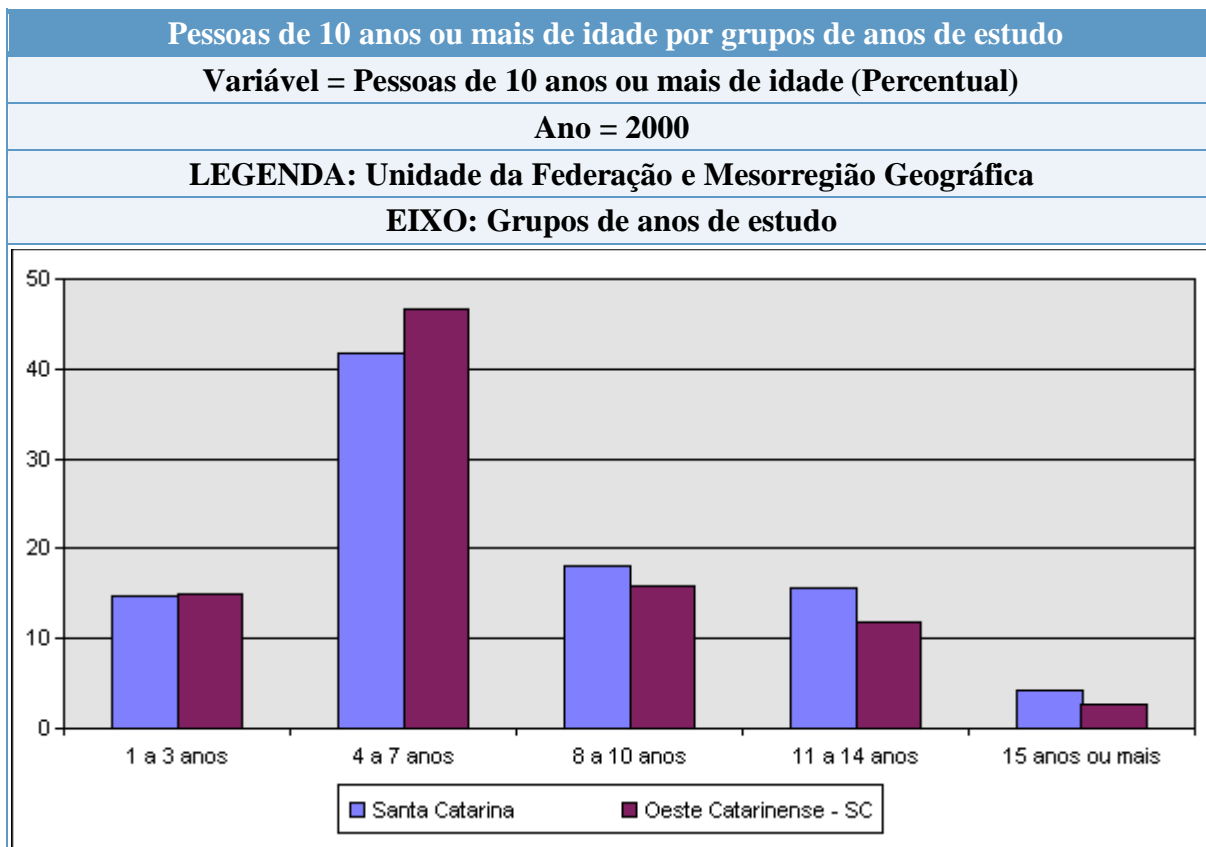


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991.

O grupo de anos de estudo em que está o maior percentual, tanto na média estadual, quanto na Mesorregião Oeste Catarinense, encontra-se na faixa de 4 a 7 anos de estudo, e esta faixa era a única que foi analisada em que a média estadual era inferior aos dados referentes a Mesorregião Oeste Catarinense. Na faixa de 1 a 3 anos o maior percentual é da media estadual, mas a diferença é mínima, já nas faixas de 8 a 15 anos ou mais de estudo, a média estadual é superior ao percentual da Mesorregião Oeste Catarinense com uma diferença maior.

No gráfico a seguir serão analisados os grupos de anos de estudo em uma comparação da media estadual com a Mesorregião Oeste Catarinense no ano 2000.

Gráfico 2- Percentual por grupos de anos de estudo no ano 2000, de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste Catarinense



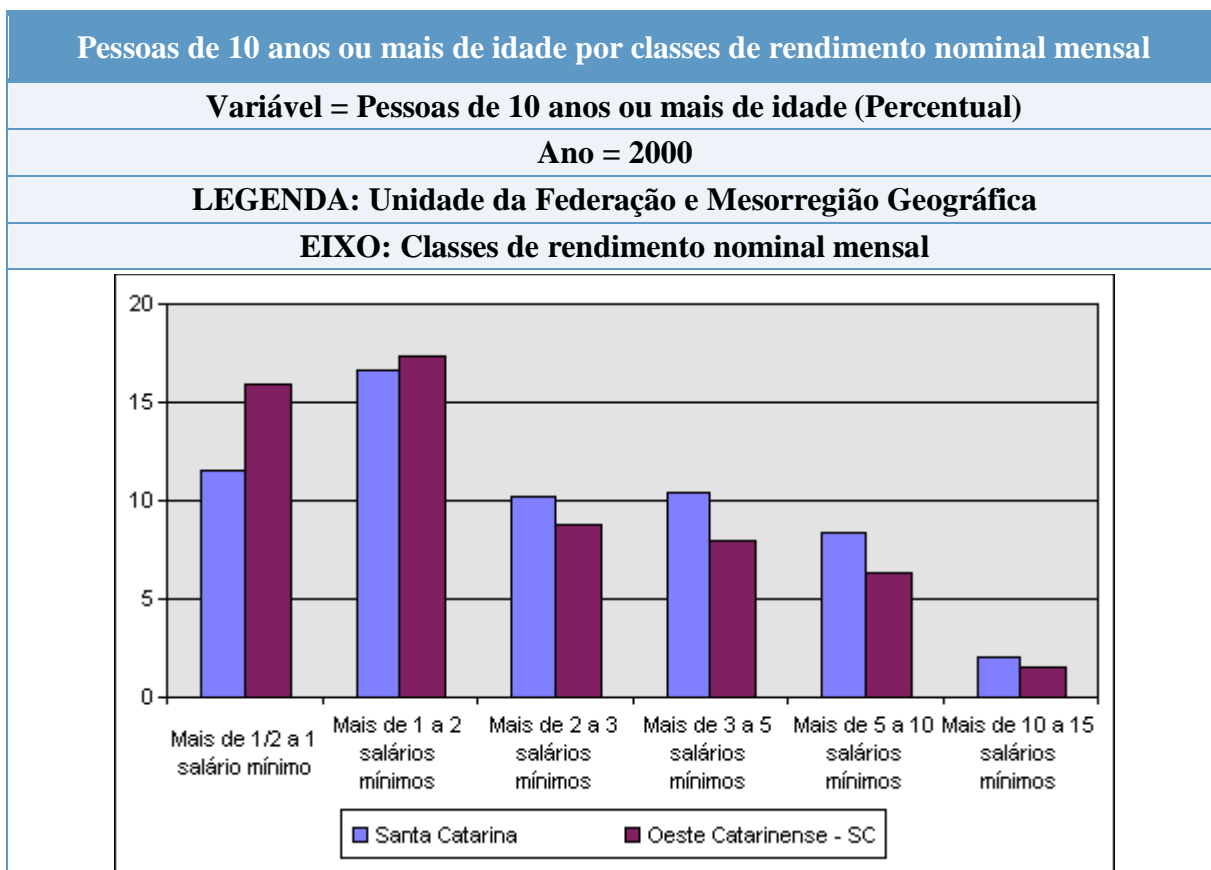
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

O grupo com a maioria se encontra na faixa de 4 a 7 anos nos dois casos, mas diferente do que ocorreu no ano de 1991, em que na faixa de 1 a 3 anos a média estadual era um pouco superior a Mesorregião Oeste Catarinense, no ano 2000 se inverteu, pois se observa que a Mesorregião Oeste Catarinense supera a média estadual nas faixas de 1 a 3 anos de estudos e também na faixa de 4 a 7 anos, e este quadro se inverte para uma porcentagem maior da média estadual a partir dos 8 anos de estudo, até 15 anos ou mais, mostrando que a Mesorregião Oeste Catarinense tem a população com menor tempo de estudo que o da média estadual, o que influencia diretamente na questão da renda, que será analisado a seguir.

A mesma tendência da questão de anos de estudo, reflete no que se observa no próximo gráfico, com a Mesorregião Oeste Catarinense superando a média estadual nas faixas de menor nível salarial, enquanto após uma determinada faixa o

quadro se inverte, com uma porcentagem maior da média estadual em relação à Mesorregião Oeste Catarinense.

Gráfico 3- Percentual por classes de rendimento nominal mensal no ano 2000, em Santa Catarina e na Mesorregião Oeste Catarinense.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

O gráfico aponta tanto em Santa Catarina, como no Oeste Catarinense que no ano 2000 a maior porcentagem se encontra na faixa a partir de 1 salário até 2 salários mínimos¹¹, seguido da faixa que recebe de ½ até 1 salário mínimo, e em ambas a Mesorregião Oeste Catarinense tem maior porcentagem em relação à média estadual, fato que também se observa no gráfico 2, que as faixas de menos anos de estudos também tinham uma maior participação da Mesorregião Oeste Catarinense.

¹¹ Segundo o IBGE, o salário mínimo utilizado como referência no censo demográfico 2000, era no valor de R\$ 151,00.

Nas classes que recebem mais de 2 até 15 salários mínimos, observa-se uma maior porcentagem da média estadual, como também foi observado no gráfico 2 nas faixas de 8 a 15 anos de estudos, Santa Catarina com o percentual acima dos encontrados na Mesorregião Oeste Catarinense, fator que influencia nas tomadas de decisão sobre migrações, pois a questão salarial é um dos principais fatores a serem analisados no custo benefício para uma decisão de migrar.

A tabela 10 mostra o índice de desenvolvimento humano municipal, no ano de 1991 e no ano 2000, em Santa Catarina e na Mesorregião Oeste Catarinense, lembrando que quanto mais próximo de 1,00, melhor é o índice e também que para medi-lo, levam-se em conta três indicadores, que são a renda municipal per capita computada a partir do PIB per capita depois de corrigido pelo poder de compra do país; a educação avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino e a longevidade utilizando números da expectativa de vida ao nascer.

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000

Estado / Mesorregião	IDHM, 1991	IDHM, 2000
Santa Catarina	0,748	0,822
Oeste (SC)	0,701	0,789

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O índice de desenvolvimento humano municipal mostra que em Santa Catarina nos dois anos analisados, o índice é superior ao da Mesorregião Oeste Catarinense, mostrando que no conjunto dos fatores de renda, educação e longevidade, a média estadual é superior ao da região oeste.

Segundo Lee (1966), as migrações resultam da interação e do balanço entre os fatores de expulsão, presentes na área de origem, e os fatores de atração, presentes na área de destino e também de fatores intervenientes, ou seja,

relacionados às dificuldades encontradas pelos migrantes nas grandes cidades. No caso analisado da Mesorregião Oeste Catarinense observa-se que fatores de ordem sociais e econômicos interferem como fatores de expulsão, pois como foi visto nas comparações dos fatores referentes aos anos de estudo, renda e índice de desenvolvimento humano, a média estadual foi em todos os casos superior a Mesorregião Oeste Catarinense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas observa-se uma tendência migratória das regiões consideradas rurais para as urbanas, tanto em nível nacional, quanto em Santa Catarina. Essa tendência, além de partir de uma decisão individual, também é consequência de fatores econômicos e sociais ocorridos nas regiões de origem e de destino desses fluxos migratórios. Segundo Ravenstein (1980), existem muitos fatores que causam as migrações, mas o principal fator é o motivo econômico, para Sjaastad (1962), os diferenciais de salário são considerados como o principal fator capaz de influenciar a migração, e a decisão de migrar é tomada pelo agente analisando o custo benefício e não apenas no curto prazo, mas pensando também nas perspectivas futuras tanto individuais como de toda a família.

Segundo Singer (1998), os fluxos migratórios obedecem além das decisões individuais, os fatores econômicos e sociais de expulsão e de atração, em que os de expulsão compreendem os fatores de mudança referentes a transformações de ordem produtiva na área de origem do fluxo, mais ligada às relações capitalistas, gerando desemprego e consequente migração por esse fator. Além do fator de mudança, existe um segundo, o chamado fator de estagnação, referente à escassez de recursos impossibilitando a capacidade produtiva da região. De encontro a esses fatores estão em outra região os fatores de atração, onde existe oferta de empregos e possibilidades de novas oportunidades, porém para Singer (1998), os fatores de atração só exercem seu efeito após as consequências já criadas pelos fatores de expulsão.

A partir desta base teórica, vemos que em Santa Catarina existem regiões com características tanto de atração, quanto de expulsão dos fluxos migratórios, características que são decorrentes além dos fatores históricos, também de mudanças ocorridas na economia e na política mais recente no país, como observamos na década de 1990, na área econômica com as mudanças de marco regulatório, sintetizadas na abertura comercial, ocorreram grandes mudanças no sistema produtivo para adaptação as tecnologias utilizadas em outros países, houve uma verdadeira reestruturação tecnológica para o país acompanhar as novas

tendências mundiais e buscar maior produtividade a fim de obter um novo padrão de concorrência internacional (LINS, MATTEI 2001).

A cidade de Joinville destacou-se como uma cidade em que houve desenvolvimento econômico na década de 1990, mas para entender melhor o que levou a esse resultado, foi necessário uma análise dos fatores que influenciaram para que ocorresse o desenvolvimento.

A análise histórica mostra que em Santa Catarina a região norte catarinense, onde se localiza a cidade de Joinville teve maior desenvolvimento a partir de 1852, com a construção da estrada da serra Dona Francisca, ocorreu a abertura de um canal para o comércio com a região de Curitiba. Em 1881 tem o surgimento da primeira fábrica de tecidos, iniciada por Carl Döhler e a partir daí, surgem várias outras indústrias, alavancando um grande desenvolvimento entre 1915 a 1945, quando recebe o título de Manchester Catarinense. Com a última etapa da política de substituição de importações (1946-1973), ocorreu o estímulo a indústria eletrometal-mecânica, por buscar na produção interna a geração de bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de capital, esse setor da indústria se consolidou e continuou se desenvolvendo, pois a estrutura produtiva local acompanhou as mudanças no processo de industrialização brasileiro, sobretudo com as estratégias de reestruturação do setor industrial nos anos 80 e 90, fator que contribuiu para os números que foram vistos no capítulo 3 do trabalho, índices de crescimento populacional acima dos atingidos pela média estadual, além de superioridade em outros aspectos analisados, como na renda, na educação, e também nos números referentes ao índice de desenvolvimento humano, constituindo-se como uma cidade com características fortíssimas de um centro de imigração, apresentando os principais itens vistos na teoria, como fatores de atração de fluxos migratórios.

A região oeste catarinense apresentou características diferentes das analisadas na cidade de Joinville, mas para entender esse processo deve-se começar analisando o aspecto histórico, diferente da colonização da região norte catarinense, a região oeste foi marcada por uma história de muitas disputas territoriais, tendo início com a questão entre Brasil e Argentina, conhecida como a Questão de Palmas, que permitiu ao governo brasileiro a ocupação daquele

território, após esse episódio ocorreu o conflito foi entre Santa Catarina e Paraná, que em 1904 teve seu desfecho com o Supremo Tribunal Federal dando o ganho de causa ao Governo do Estado de Santa Catarina. No povoamento da região oeste catarinense, no processo das divisões de terras, ocorreu a peculiar característica de que suas terras foram divididas segundo um modelo minifundiário de estrutura agrária, devido a essa característica, a produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves.

A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses, que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial, consolidando a região como um dos centros da agroindústria no país. Porém esse setor foi um dos que mais sentiu com as mudanças ocorridas nos anos 80 e 90, as alterações no que diz respeito ao sistema de integração entre proprietários rurais e empresas de beneficiamento de carnes de suínos e aves, causaram uma diminuição na quantidade de produtores, pois ocorreram avanços em termos de escala e benefícios logísticos para as empresas.

Pode-se notar o reflexo dos acontecimentos ao analisar os números da mesorregião oeste catarinense em comparação a média estadual na década de 1990, como foi visto no capítulo 4 do trabalho, em que alguns municípios tiveram a sua população total reduzida, no censo de 1991 para o ano do ano 2000, além dos números negativos em alguns municípios, a média de crescimento populacional total foi maior no estado de Santa Catarina do que em toda a região oeste analisada.

Como foi observado anteriormente, além do crescimento populacional, a mesorregião oeste catarinense teve índices menores que os da média catarinense nos grupos de anos de estudos, com o número de anos de estudos inferior aos da média estadual, o mesmo ocorreu na média de remuneração, com a renda das famílias da região menor que a média estadual, e também no índice de desenvolvimento humano. Analisando o que a teoria chama de fatores de expulsão, vemos que a região encontra características propícias para ocorrência da emigração. Assim observa-se o deslocamento de fluxos migratórios desde áreas do oeste e do meio-oeste catarinense para os municípios litorâneos, em particular rumo às áreas de Florianópolis, Joinville e Blumenau (LINS, MATTEI 2001).

Os reflexos dessa migração refletem num desequilíbrio, tanto para as regiões rurais que sofrem com a falta de investimentos na economia local, nas áreas de saúde e educação, quanto nas regiões urbanas causam bolsões de misérias, surgimento de favelas, aumento nos índices de criminalidade e violência. Para que esse desequilíbrio diminua é necessária a implantação de políticas públicas de desenvolvimento regional nas regiões de expulsão dos fluxos migratórios. Segundo o estudo do ICEPA¹² para a construção deste novo cenário para a região oeste catarinense, é necessário que a definição, a adoção, a natureza e o alcance das políticas públicas sejam resultado de um amplo debate da sociedade local, especialmente dos segmentos diretamente envolvidos. Os resultados da pesquisa sugerem que o debate seja orientado, fundamentalmente, pelos seguintes grupos de políticas: políticas de incentivo à agricultura familiar; políticas de geração de renda a partir de ocupações não agrícolas; políticas de ampliação da infraestrutura; políticas fundiárias e políticas ambientais.

¹² Instituto CEPA/SC, 2003, Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense.

6. CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES										
Nº.	AÇÕES	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
1	Definição do tema/área	■								
2	Acordo com Professor Orientador	■								
3	Definição dos objetivos	■	■							
4	Alimentar Informações Básicas		■	■						
5	Entrega do Projeto				■					
6	Levantamento de Dados					■	■			
7	Desenvolvimento						■	■		
8	Correções e Revisão							■	■	
9	Análise Final e produção da versão para entrega ao orientador e membros da banca							■	■	
10	Defesa									■

7. REFERÊNCIAS

ALVES, A.P., MATTEI, L.F. **Migrações no Oeste Catarinense: História e Elementos Explicativos**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/>.

Acessado em: 30/05/2009

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Banco de Dados**. Disponível em < www.pnud.org.br/atlas >. Acessado em: 28/05/2009.

CNM/COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA. **Roteiro para elaboração de Projeto de Monografia**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia, 2007. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon/> Acessado em: 12/09/2008.

CORSEUIL, C. H; KUME, H; ARBACHE, J. S. **A Abertura Comercial Brasileira Nos Anos 1990 impactos sobre emprego e salário**. Rio de Janeiro; IPEA, 2003.228p.

CUNHA, I.J. **A economia catarinense rumo a um novo século**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1999.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed.rev.Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 473p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); **Censo demográfico 1991**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); **Censo demográfico 2000**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. Tradução de Hélio A. de Moura. Título original: A theory on migration. In: MOURA, H. A. de. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. t. 1, p. 89-114.

MACEDO, A. L. O. **Esforço tecnológico das empresas líderes do segmento de máquinas e equipamentos em Santa Catarina na década de 90: o caso da Embraco e da Weg**. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis -SC, 2002.

MACHADO, S. M. M. **As Políticas de Estado e a Formação Sócio-Espacial do Meio-Oeste Catarinense: O Desenvolvimento Comercial em destaque**. Graduação do Curso de Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC,2008.

MATTEI, L. F; LINS, H. N. **A Economia Catarinense Rumo ao Século XXI**. Texto para discussão. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Economia. Florianópolis, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Estatísticas. <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em 28/05/2009.

RAVENSTEIN, Ernest. **As leis da migração**. In Moura, Hélio A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.p.19-88

REVISTA DA FAE, **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae Acessado em:09/05/2009.

RODOLFO, F. **Agricultura Familiar e Migrações na Microrregião do Tabuleiro-SC (1980-2000)**. Dissertação (Mestrado em Economia). Pós-graduação em economia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.118p.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. SÃO Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA F. C. A; HEIDEN, F. C; AGUIAR, V. V. P; PAUL. J.M. **Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense**. 2 ed.rev. e atual. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2003. 99p.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. Tradução de Hélio A. de Moura. Título original: The coast and returns of human migration. In: MOURA, H. A. de. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. t. 1, p. 115-143.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 14 ed.rev.-São Paulo: Contexto, 1998.